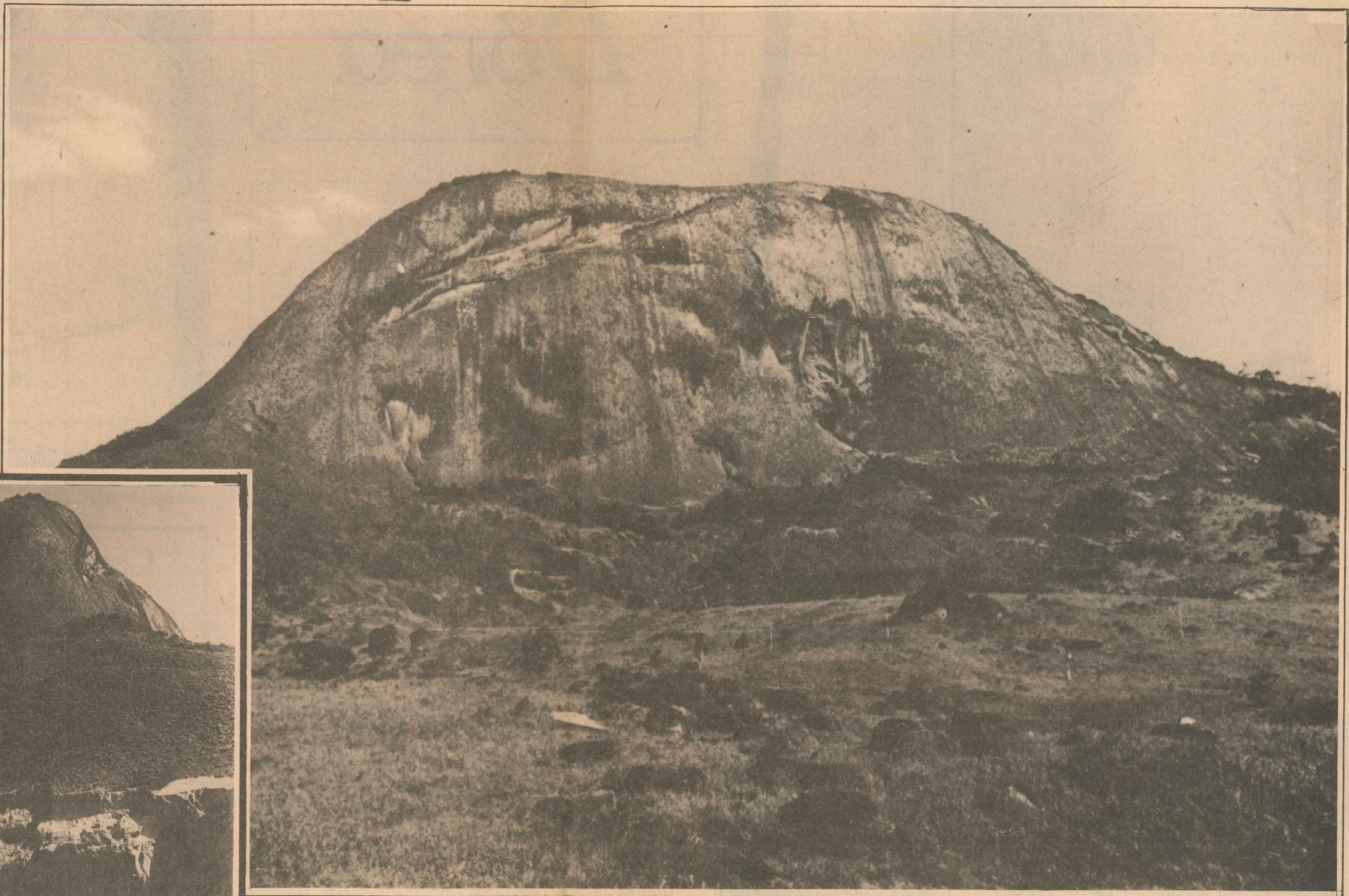


Em Nova Venécia, a pedra do Elefante, um patrimônio ecológico, está sendo destruída

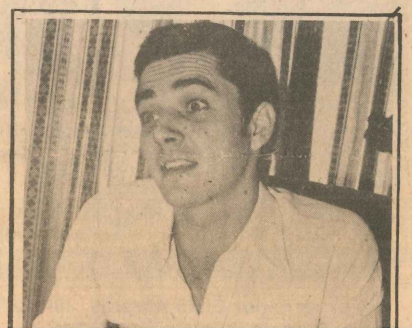
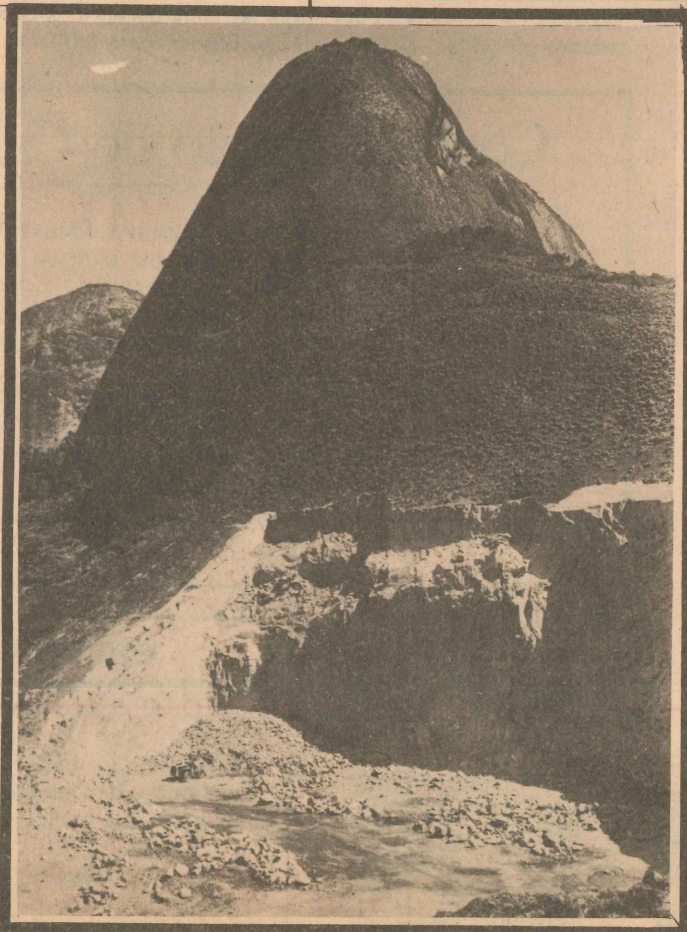
AJ09734

O artista plástico, Altamir Galimberti, nascido em Colatina mas morando atualmente em Salvador, escreveu uma carta à redação de A GAZETA denunciando o que ele chama de "ato de vandalismo contra um patrimônio ecológico dos mais bonitos". Ele se referia à exploração de brita na pedra do Elefante, em Nova Venécia, Norte do Estado. As denúncias de Altamir foram comprovadas por nossa reportagem, que foi a Nova Venécia ver de perto o que está acontecendo com aquele patrimônio histórico.

Álvaro Muniz



No sentido São Gabriel da Palha-Nova Venécia, a pedra pode ser vista ainda intacta. Mas do lado oposto, a destruição já é grande, não permitindo tal privilégio. A firma Imapreci tem no local um verdadeiro exército de máquinas, usado para a exploração da brita.



Primeiro foi a vez da pedra do Penedo, depois o Morro do Moreno e o Mestre Álvaro, isto sem contar com grande parte da Mata Atlântica que corta o Espírito Santo. Agora chegou a vez de uma das paisagens mais bonitas do interior do Estado ser

Venécia, que não conta com muitos recursos.

Uma outra coisa que está impedindo o prefeito de tomar posições mais objetivas é que a licença para a exploração de pedreira foi concedida pelo Ministério das Minas e Energia

Primeiro foi a vez da pedra do Penedo, depois o Morro do Moreno e o Mestre Álvaro, isto sem contar com grande parte da Mata Atlântica que corta o Espírito Santo. Agora chegou a vez de uma das paisagens mais bonitas do interior do Estado ser destruída em nome do progresso que, sem dúvida, está longe de ser sinônimo de desenvolvimento. Simplesmente estão destruindo o cartão postal de Nova Venécia: a pedra do Elefante.

Majestosa, na mesma proporção do seu tamanho, este pedaço da história do município começa a ser descaracterizado pela industrialização de brita que é explorada pela firma Imapreci (Indústria de Pré-moldados e Cimento Ltda). A imensa pedra que se parece com um elefante está sendo brocada no que seria sua tromba. Mesmo que a empresa responsável pela exploração de brita paralisasse, hoje, suas atividades, não adiantaria muita coisa, pois a natureza não teria forças para recompor o buraco deixado pelo "progresso".

A população desta pequena cidade do norte do Estado só agora começa a despertar para uma das maiores atrocidades que se pode cometer contra um patrimônio ecológico: sua destruição de forma consciente. Mas, mesmo assim, o movimento ainda é tímido. Talvez porque as necessidades básicas do povo de Nova Venécia se centralizem mais na manutenção do emprego e na alimentação diária que, nesta época, escasseia em todo o País.

SEM ENTUSIASMO

O prefeito do município, por sua vez, não se mostra muito entusiasmado quanto a idéia de conseguir embargar a exploração de brita na pedra do Elefante. "Logo que nós tomamos posse estávamos cientes da importância desse patrimônio para o município. Então, entramos em contato com a empresa de exploração para estudar o que poderia ser feito. Eles nos responderam que até estavam dispostos a deixar o local, mas que, em compensação, nós teríamos que indenizá-los. E posso lhe garantir que esta quantia chega aos Cr\$ 100 milhões".

A partir disso, mesmo antes de ter começado a luta, Adelson Salvador classificou a questão como "muito difícil de ser resolvida". Ele acha que a quantia que terá que ser dispendida pela prefeitura é muito alta para uma administração como a de Nova

Venécia, que não conta com muitos recursos.

Uma outra coisa que está impedindo o prefeito de tomar posições mais objetivas é que a licença para a exploração de pedra foi concedida pelo Ministério das Minas e Energia. Assim, ele entende que a empresa está tendo a proteção do Governo Federal. No entanto, a autorização é uma coisa mais do que lógica em se tratando deste tipo de comércio.

— A transação foi feita tendo como intermediária a administração passada, que facilitou toda a estrutura montada atualmente no local. E, para lhe ser franco, nós não queremos tomar qualquer medida constrangedora contra empresa, mas se for preciso entrar na justiça para embargar a exploração, nós entraremos. Por enquanto, queremos apenas dialogar, evitando, desse modo, atritos maiores.

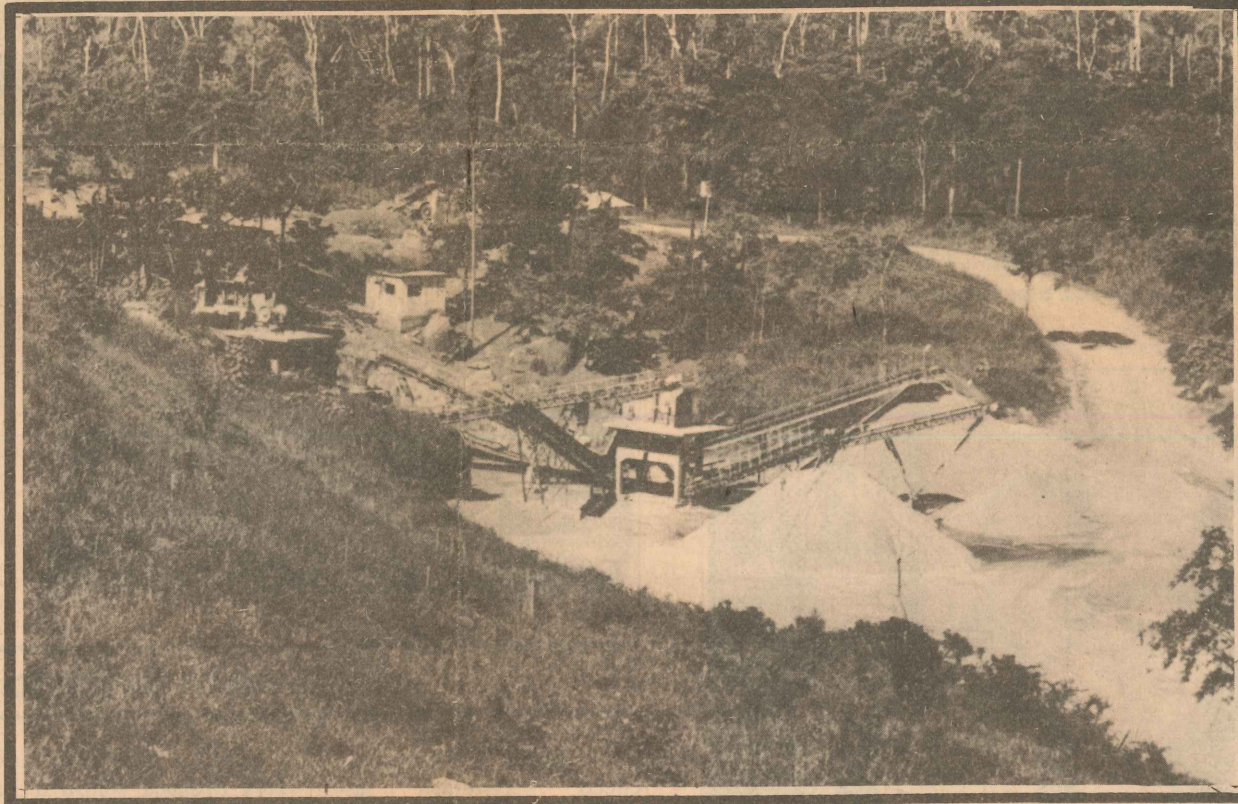
SEM CULPADOS

Como acontece habitualmente, os responsáveis pelos erros administrativos nunca aparecem. E a pedra do Elefante, como vítima de um desses erros, também não poderia fugir à rotina. O ex-prefeito não foi encontrado na cidade. Apenas seu vice, Ormam Tuscano, que deu sua já esperada versão sobre o caso:

— Posso lhe garantir que não houve a participação da administração anterior neste caso. O que sei é que existe um imposto federal em cima dessa exploração de brita. Porém, não entendo como eles conseguiram comercializar o produto naquele local. E tem mais: na época não houve qualquer tipo de reclamação quanto à defesa do patrimônio histórico da região. Desse modo, deixamos a coisa correr.

Apesar de o próprio prefeito Adelson Santana e do ex-vice terem garantido que a Imapreci não tem qualquer ligação com a prefeitura, ficou comprovado que isto não é verdade. Depois de muito se procurar entre a papela-da, foi encontrado, como já era de esperar, um alvará de licença datado de 1º de agosto de 1977.

O fato veio comprovar o envolvimento da administração passada na questão, tendo-se como base que sua posse se deu em 1976 (são de seis anos um mandato de prefeito). O último imposto anual saldado pela empresa foi de Cr\$ 9.732,00, o que, diga-se de passagem, é muito pouco para quem se propõe a



destruir uma das mais belas paisagens do Estado.

IMAPRECI

Um dos sócios da Imapreci, Judas Tadeu Colombi, revelou que eles nunca receberam qualquer tipo de reclamação por parte da população até o momento da posse da nova administração municipal. "Se estivessemos mexendo numa reserva florestal, tudo bem. Mas em pedra não tem nada a ver. Lá em Vitória existe o Mestre Álvaro, que é uma pedra bonita e, mesmo assim, eles estão quebrando tudo".

Ele argumenta também que primeiro a empresa estudou o local e, depois de constatarem que ele era viável, resolveram fazer a exploração. "Agora eu lhe pergunto: quem é que tem interesse que a gente saia dali? Quem tiver é só pagar a indenização e nos dar outra pedra para ser explorada que saímos".

A Imapreci é uma empresa que tem seus serviços espalhados por todo norte do Estado. Para se ter uma idéia da estrutura que foi montada para retirar brita da pedra do Elefante, seus proprietários estenderam uma rede elétrica de mais de 10 quilômetros de extensão para dar sustentação ao maquinário que lá está implantado.

São 23 operários que trabalham diariamente no marmoeiro (um britador gigante), no cone 60 S (que produz brita fina), na correia transportadora de 30 polegadas, no alimentador 500/20 e em outras máquinas como a pá

mecânica, britadeiras menores e mesmo caminhões. Com toda essa estrutura à sua disposição, é fácil de se imaginar como estará a pedra do Elefante daqui a algum tempo.

MOVIMENTO CONTRA

O artista plástico Altamir Galimberti, natural de Colatina e morando atualmente em Salvador, mostrou-se indignado com "o ato de vandalismo que se processa na pedra do Elefante". Sua revolta vai mais além: ele afirma que "isto é uma agressão gratuita contra a natureza".

"Trata-se de um desrepeito às riquezas naturais e paisagísticas do Estado do Espírito Santo e uma afronta ao povo de Nova Venécia. Eu faço um apelo a quem quer que seja para que lute pela revogação das licenças concedidas para a exploração de brita naquele local. O que está acontecendo é um atentado contra o patrimônio ecológico. Sob o falso pretexto do progresso, estão destruindo monumentos magníficos numa região farta em pedreiras que não têm a importância desta que está sendo explorada e, conseqüentemente, transformada em pó. Em lugar de se atender a interesses particulares, deve-se levar em conta os interesses do país e do povo", disse ele numa carta enviada à redação de A GAZETA denunciando a destruição da pedra.

O primeiro setor público de Nova Venécia que alertou para o problema foi o jornalzinho **Auto Falante** (com "u" mesmo), pertencente a um grupo de jovens

da cidade. Numa matéria de 53 linhas publicada em agosto passado, eles chamavam a atenção dos moradores do município para a gravidade da questão abordada.

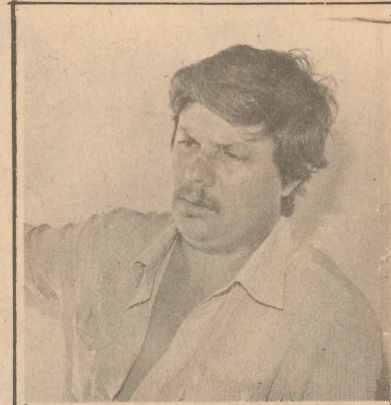
A partir daí, começou a pequena mobilização que contou com a participação maior de dois vereadores: Paulo César e Otamir Carloni. Quem explica o que vem sendo feito de prático até agora é Otamir Carloni: "Nós simplesmente encampamos a luta em prol da conservação de nosso patrimônio ecológico. Mas acho que a coisa não vai ser fácil, pois parece que o Ministério das Minas e Energia liberou a exploração da pedra. Mas vamos fazer um abaixo-assinado para ver se dá certo".

O depoimento do vereador do PMDB deixa evidente a desinformação e o despreparo da maioria dos representantes da população. Dessa maneira, fica difícil cobrar uma participação ativa da comunidade na defesa de seus direitos, levando-se em conta que seus próprios porta-vozes não têm consciência do problema.

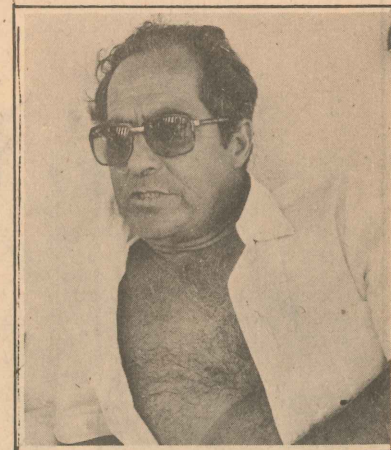
A desinformação chega a tal ponto que um dos vereadores não soube informar quantos habitantes possuía o município. O prefeito, por sua vez, não conseguia lembrar a que secretaria pertencia Hermes Laranja. Precisou, também, recorrer a um auxiliar para descobrir o nome da firma que está explorando a pedra do Elefante. Fica fácil entender, portanto, porque os moradores levaram seis anos para começar sua luta em defesa do patrimônio ecológico.



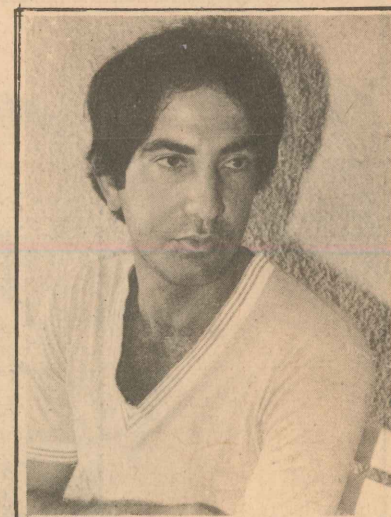
O prefeito de Nova Venécia, Adelson Salvador, acha a questão "complexa"



Judas Tadeu, sócio da empresa, diz que pedra tem que ser quebrada



Ormam Tuscano, ex-vice-prefeito do PDS: "Na época, o povo não reclamou"



O vereador Otamir Carloni, assim como seus companheiros, não sabia muito